

Passos Coelho voltou a dizer que não há condições para reduzir a Taxa Social Única - "Não temos qualquer condição em 2012 para fazer qualquer desvalorização fiscal, isto é, uma baixa sensível da TSU financiada por mais impostos" - e frisou que concertação social foram encontradas alternativas



Edifer admite atraso no pagamento de salários aos trabalhadores e perde contrato com a ANA

Raquel Almeida Correia

Construtora diz que vai regularizar a situação rapidamente. Obra no aeroporto de Lisboa será adjudicada a outra empresa

Os trabalhadores da Edifer que trabalham em Portugal ainda não receberam o salário de Dezembro. A denúncia foi feita ontem e confirmada pela construtora, que assegurou que vai regularizar a situação rapidamente. Noutro sinal de dificuldades, a empresa, fundada nos anos 40, perdeu recentemente um contrato firmado com a gestora aeroportuária estatal ANA, fruto da suspensão de uma obra que já deveria ter sido concluída no início de Janeiro.

De acordo com a agência Lusa, vários trabalhadores denunciaram o atraso no pagamento dos salários. Em reacção, fonte oficial da empresa esclareceu que os vencimentos "já foram totalmente pagos aos colaboradores que se encontram fora do mercado português", mas admitiu que se encontra em dívida para com os restantes.

A Edifer aguarda que "muito rapidamente seja possível processar a res-



Trabalhadores dizem que há ajudas de custo por pagar desde Outubro

pectiva liquidação aos colaboradores de Portugal", referiu a mesma fonte, acrescentando que "os subsídios de Natal se encontram totalmente pagos".

Os trabalhadores da Edifer afirmaram ainda que também o pagamento das ajudas de custo estava em atraso, existindo funcionários que não as recebem desde Outubro. Sobre este tema, a fonte oficial da Edifer explicou que, por serem despesas de carácter não regular, "as mesmas não poderão ser consideradas em atraso, tendo

vindo a ser pagas conforme programação da tesouraria".

ANA rescindiu contrato

No início deste ano, soube-se que a Edifer tinha perdido o contrato firmado com a gestora aeroportuária ANA para ampliação do aeroporto da Portela, em Lisboa. O PÚBLICO confirmou a notícia avançada pela Lusa e apurou que esta rescisão se ficou a dever ao facto de as obras terem parado, apesar de a sua conclusão estar prevista para o início de Janeiro.

Face a esta paragem, a ANA decidiu rescindir o contrato com a construtora, devendo agora escolher outra empresa para finalizar as obras, concluindo, assim, o projecto. No entanto, e tendo em conta este contratempo, haverá um atraso significativo na conclusão do projecto, o que poderá levar a gestora aeroportuária a pedir uma indemnização pelos danos causados pela Edifer.

Contactada pelo PÚBLICO, a construtora respondeu que "tomou e tem em curso, em sede própria, as medidas adequadas de salvaguarda dos seus interesses, bem como dos seus trabalhadores, fornecedores e subempreiteiros, o que a impede, nesta fase, de publicar quaisquer comentários". Ainda assim, referiu que "qualquer incidente que tenha eventualmente ocorrido (...) em nada alterou ou alterará a linha de rumo que o grupo Edifer sempre tem seguido".

A Edifer opera num dos sectores mais afectados pela crise. Ao longo dos últimos anos, foi alvo de alguns pedidos de insolvência por parte de fornecedores, mas sempre desvalorizou a situação, tendo chegado a afirmar que se tratava de uma forma de forçar o pagamento das dívidas, denegando a sua imagem.



João Proença

"Estes dias não têm sido fáceis para a UGT"

O secretário-geral da UGT, João Proença, voltou a defender ontem que o acordo assinado em sede de concertação social é vantajoso para os trabalhadores, uma vez que trava a desregulação laboral e impede a flexibilização dos despedimentos.

"Este acordo traduz vantagens para os trabalhadores, face às mudanças incluídas no memorando de entendimento assinado com a *troika*", garantiu João Proença, acrescentando que, "com este acordo, a UGT introduziu melhorias em todas as medidas laborais do memorando".

O secretário-geral da UGT reconheceu que "estes dias não têm sido fáceis para a UGT", referindo-se às críticas de que a central sindical tem sido alvo na sequência da assinatura do acordo de concertação social, mas manifestou-se convicto de que esta foi a melhor opção.

"O Governo cedeu na inclusão de uma cláusula de que não haverá alterações na legislação laboral que não constem do memorando ou que não sejam acordadas tripartidamente", garantiu o responsável sindical.

A segurança demonstrada por João Proença advém de uma cláusula que consta da última página do compromisso para o crescimento, competitividade e emprego, assinado na passada quarta-feira entre a UGT, o Executivo e os representantes patronais, segundo a qual "o Governo compromete-se, no âmbito das matérias laborais previstas no presente acordo, a não introduzir qualquer aditamento ou matérias diferentes, salvo se previamente acordadas com as partes subscritas".

Apesar de reiterar tratar-se de um bom acordo, João Proença assumiu que "este acordo não tem nenhuma cláusula de paz social". O dirigente sindical afirmou que o direito à greve vai continuar a ser exercido, como acontece a 2 de Fevereiro no sector dos transportes e acontecerá "em todos os casos em que haja diminuição injustificada de emprego, não seja respeitada a lei ou seja posta em causa a negociação colectiva". **Lusa**

Greves de controladores e handling ameaçam voos

Os controladores aéreos da NAV e os operadores de handling que trabalham para a TAP decidiram avançar com greves parciais e ao trabalho suplementar, em protesto contra as medidas de austeridade e o acordo tripartido assinado em concertação social na semana passada.

A Comissão de Trabalhadores da NAV avançou ontem à Lusa que a paralisação dos controladores aéreos se fica a dever ao facto de os sindicatos "não admitirem que o Governo, de forma inexplicável, mantenha a empresa sem orientações estratégicas e sem gestão", numa referência ao facto de a operadora de tráfego estatal estar sem administração há vários meses.

A greve, que começará a 8 de Fevereiro e se estenderá até dia 12, vai incidir sobre duas horas de cada turno de trabalho e coloca sérias ameaças à aviação, uma vez que, sem estes profissionais, não é possível gerir todo o tráfego que entra e sai de Portugal.

No comunicado, a Comissão de Trabalhadores relembra que a NAV "depende apenas dos serviços que presta e não do OE". **R.A.C.**

Grupo interessado nos Estaleiros de Viana apresenta plano até final do mês

Andrea Cruz

O único grupo ainda interessado em participar no capital dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) comprometeu-se com o Governo a apresentar até final deste mês o plano de investimentos que poderá vir a colocar em prática na empresa.

Segundo o que o PÚBLICO conseguiu apurar junto de fonte da Empordef, a holding estatal para as indústrias da Defesa, a proposta será depois analisada pelo Ministério da Defesa sendo expectável que uma decisão sobre o futuro do maior construtor naval do país venha a ser conhecida durante o próximo mês de Fevereiro.

Nesta altura, a mesma fonte considerou "prematura" equacionar a possibilidade de injeção de capital do Estado na empresa, antes de se concretizar uma venda dos ENVC, uma vez que ainda não estão definidas as intenções do potencial interessado.

A mesma fonte escusou-se a adiantar mais detalhes sobre o assunto para "não prejudicar" o eventual negócio. Ainda durante a semana passada, representantes deste grupo económico estiveram de visita



Estaleiros de Viana

às instalações dos Estaleiros Navais, tendo esta acção sido apontada como "um sinal positivo de que o interesse nos ENVC se mantém e que todos os esforços estão a ser desenvolvidos" para viabilizar a empresa, cujo funcionamento tem estado, nos últimos meses, sob constante ameaça.

A mesma fonte escusou-se a tentar a confirmar ou desmentir a des-

locação, a semana passada, do presidente dos ENVC à Venezuela para renegociar o cronograma de construção dos dois navios-asfalteiros contratados em 2010 pela PDVSA (empresa de petróleos da Venezuela).

Os ENVC ainda não começaram a construção de dois navios por falta de liquidez para adquirir matéria-prima, nomeadamente aço.

Em causa está um negócio de 128 milhões de euros, rubricado pelo próprio presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em Outubro de 2010, durante uma visita à empresa de Viana do Castelo.

Uma encomenda desta dimensão pode ser decisiva para a viabilidade dos estaleiros e pode mesmo condicionar as ofertas que venham a ser feitas por potenciais interessados no grupo.

A fonte adiantou que esse tipo de informação está classificada como "segredo de negócio" e, por esse motivo, não podem ser reveladas mais informações sobre eventuais negociações em curso.

A expectativa reside agora na audição, amanhã, do presidente da Empordef na Comissão Parlamentar de Defesa, requerida pelo PS, e viabilizada pela maioria PSD e CDS-PP.